

# AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

EDITAL Nº 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para

## Atividades Técnicas de Suporte – Nível III

### Área de Atuação: Direito

**CÓDIGO  
S02  
MANHÃ**



# T

**Verifique se esta  
LETRA é a mesma  
do seu Cartão  
de Respostas.**

**DE ACORDO COM O EDITAL, O  
CANDIDATO QUE FIZER PROVA  
DE LETRA DIFERENTE SERÁ  
ELIMINADO.**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,  
A FRASE DE RUBEM BRAGA PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

**“O silêncio torna tudo menos penoso.”**

### ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas e 30 minutos.

● ESTE CADERNO CONTÉM 50 (CINQUENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
<b>Conhecimentos Básicos</b>		
Língua Portuguesa	10	2
Noções de Administração Pública	5	2
Legislação Básica	5	2
<b>Conhecimentos Específicos</b>		
Direito Civil	8	2
Direito Administrativo	8	2
Direito Constitucional	8	2
Regulamentações Setoriais	6	2

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM. CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

#### **Por motivo de segurança:**

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

## **BOA PROVA!**

[www.funcab.org](http://www.funcab.org)

Texto para responder às questões de 01 a 09.

Arquimedes, o bom repórter

Faz parte do meu ofício inventar. Mentir, sem qualquer consideração teológica. Preencher as páginas em branco, esforçando-me por criar heróis mesquinhos e sublimes. Um ofício que se funde com as adversidades do cotidiano e que, pautado por uma estética insubordinada, comporta todas as escalas morais, afugenta os ideários uniformizadores.

A literatura brota de todos os homens, de todas as épocas. Sua ambígua natureza determina que os escritores integrem uma raça fadada a exceder-se. Seus membros, como uma seita, vivem na franja e no âmago da realidade, que constrange e ilumina ao mesmo tempo. E sem a qual a criação fenece. A arte dos escritores arregimenta a sucata e o sublime, o que se oxida em meio aos horrores, o que se regenera sob o impulso dos suspiros de amor. Apalpa a matéria secreta que sangra e aloja-se nos porões da alma.

Há muito sei que a escrita não poupa o escritor. E que, ao ser um martírio diário, coloca-o a serviço do real. E enquanto este mero exercício de acumular palavras, de dar-lhes sentido, for um ato de fé no humano, a literatura seguirá sendo protagonista do enigma que envolve vida e morte. Uma arte que geme, emite sinais, desenha signos, e que constitui uma salvaguarda civilizadora perante a barbárie. Em cujas páginas batalha-se pelo provável entendimento entre seres e situações intoleráveis. Como se por meio de certos recursos estéticos fosse possível conciliar antagonismos, praticar a tolerância, ativar sentimentos, testar os limites da linguagem e da ambiguidade da solidão humana. Salvar, enfim, os seres trágicos que somos.

Não sei ser outra coisa que escritora. Já pelas manhãs, enquanto crio, apalpo emoções benfazejas, sentimentos instáveis, a substância sob o abrigo do sinistro e da esperança. Tudo o que a realidade abusiva refuta. É mister, contudo, combater os expurgos estéticos para narrar a história jamais contada.

A criação literária, porém, que se faz à sombra da comunidade humana, aproximou-me sempre daqueles cujas experiências pessoais eram vizinhas no ato de escrever. Por isso, desde a infância, senti-me irmanada aos jornalistas no uso das palavras e na maneira de captar o mundo. E a tal ponto vinculada aos jornais que nos vinham a casa, já pelas manhãs, que disputava com o pai o privilégio de lê-los antes dele. De aproximar-me destas páginas vivazes que, arrancando-me da sonolência, proclamavam que a vida despertara antes de mim. O drama humano não

tinha instante para começar, precedera-me há horas, há milênios.

PIÑON, Nélida. *Aprendiz de Homero*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 81-82, fragmento.

**Questão 01**

O texto contém uma série de afirmações sobre a arte da criação literária. Da leitura atenta, pode-se depreender que está em desacordo com o texto a seguinte afirmação:

- A) a escrita não poupa o escritor, e sendo um martírio diário, coloca-o a serviço do real.
- B) o ofício do escritor é inventar, é mentir, com o objetivo de ofender a Deus, preenchendo páginas em branco e esforçando-se para criar tanto heróis medíocres, quanto sobrenaturais.
- C) a literatura é uma arte que sofre, que produz sinais, que se utiliza de signos, além de constituir uma garantia de civilização para impedir a selvageria.
- D) a literatura é uma ocupação que se funde com as tribulações do cotidiano e que não só comporta todas as escalas morais, mas também rejeita os planos de ideias uniformizadoras, por estar regulada por uma estética sem qualquer disciplina.
- E) a literatura, cuja dúbia natureza determina que os escritores componham uma espécie predestinada a exceder-se, é inerente a todos os homens e a todas as épocas.

**Questão 02**

“O drama humano não tinha instante para começar, precedera-me há horas, há milênios.”

A frase transcrita, no texto, está em referência:

- A) à ambiguidade da natureza da criação literária.
- B) às páginas ativas dos jornais.
- C) às histórias jamais contadas.
- D) a uma salvaguarda civilizadora perante a barbárie.
- E) à criação literária.

**Questão 03**

Quanto à tipologia textual, o texto pode ser classificado como:

- A) basicamente injuntivo ou instrucional, por ensinar as normas do fazer literário.
- B) essencialmente descritivo, pelas inúmeras imagens poéticas presentes.
- C) predominantemente dissertativo, com argumentação voltada para o fazer literário.
- D) totalmente dissertativo expositivo, por demonstrar como se realiza a criação literária.
- E) simplesmente narrativo, enunciado personagem narrador.

**Questão 04**

“E a tal ponto vinculada aos jornais que nos vinham a casa, já pelas manhãs, que disputava com o pai o privilégio de lê-los antes dele.”

No período transcrito, a correlação discursiva entre a expressão “a tal ponto” com o conectivo “que” foi usada para exprimir o sentido de:

- A) proporcionalidade.
- B) causa.
- C) concessão.
- D) consequência.
- E) comparação.

**Questão 05**

Nos fragmentos transcritos a seguir foram dadas informações a respeito da coesão referencial entre partes do texto. Está INADEQUADA, de acordo com texto, a referência do termo destacado feita em:

- A) “que disputava com o pai o privilégio de lê-LOS antes dele.”/jornais.
- B) “E sem AQUAL a criação fenece.”/realidade.
- C) “Em CUIJAS páginas batalha-se pelo provável entendimento entre seres e situações intoleráveis.”/salvaguarda civilizadora.
- D) “SEUS membros, como uma seita, vivem na franja e no âmago da realidade”/da literatura.
- E) “e QUE, pautado por uma estética insubordinada”/ofício.

**Questão 06**

“vinculado aos jornais que nos vinham A casa, já pelas manhãs”

A respeito do vocábulo em caixa alta no trecho transcrito, pode-se afirmar que está grafado:

- A) incorretamente, pois a crase é obrigatória antes da palavra “casa”, em qualquer sentido que seja usada.
- B) corretamente, pois antes da palavra “casa” nunca se usa crase.
- C) corretamente, sem o acento da crase, por se tratar apenas de artigo definido feminino.
- D) incorretamente, pois deveria receber o acento da crase, por se tratar de preposição mais artigo definido feminino.
- E) corretamente, pois não é resultado de crase, mas apenas preposição, porquanto não se usa artigo antes do vocábulo “casa” no sentido de “lar”, domicílio”: no texto, a casa é da enunciadora.

**Questão 07**

Dos períodos compostos transcritos a seguir, aquele que está estruturado em relações de subordinação e coordenação entre as orações é:

- A) “Há muito sei que a escrita não poupa o escritor.”
- B) “Faz parte do meu ofício inventar.”
- C) “Preencher as páginas em branco, esforçando-me por criar heróis mesquinhos e sublimes.”
- D) “Apalpa a matéria secreta que sangra e aloja-se nos porões da alma.”
- E) “Sua ambígua natureza determina que os escritores integrem uma raça fadada a exceder-se.”

**Questão 08**

Nos fragmentos do texto transcritos a seguir, foram feitas alterações no emprego dos sinais de pontuação. A alteração foi feita em consonância com as normas de pontuação em:

- A) É mister contudo, combater os expurgos estéticos, para narrar a história jamais contada.
- B) A arte dos escritores, arregimenta a sucata e o sublime: o que se oxida em meio aos horrores; o que se regenera sob o impulso dos suspiros de amor.
- C) Salvar enfim os seres trágicos, que somos.
- D) O drama humano não tinha instante para começar: precedera-me há horas, há milênios.
- E) E que: ao ser um martírio diário coloca-o a serviço do real.

**Questão 09**

Quanto à estrutura e formação, as palavras “insubordinada”, “jornalistas” e “abrigo” são classificadas, respectivamente, como:

- A) derivação prefixal / derivação parassintética / derivação regressiva.
- B) derivação parassintética / derivação sufixal / primitiva.
- C) derivação prefixal / derivação sufixal / derivação regressiva.
- D) derivação prefixal / composição por aglutinação / derivação regressiva.
- E) composição por aglutinação / derivação sufixal / primitiva.

**Questão 10**

De acordo com as recomendações do Manual de Redação da Presidência da República, a redação adequada para a introdução de um memorando enviado de um chefe de diretoria para outro, no âmbito do Ministério da Educação, está na opção:

- A) Nos termos do plano geral de informatização, a ser implementado pelo Ministério, solicito a Sua Senhoria que verifique a possibilidade de instalação, no sistema, de programa que facilite o processo de avaliação de textos literários narrativos.
- B) Nos termos do plano geral de informatização a ser implementado pelo Ministério, solicito a Sua Excelência verificar a possibilidade de instalação, no sistema, de programa que facilite o processo de avaliação de textos literários narrativos.
- C) Nos termos do plano geral de informatização a ser implementado pelo Ministério, solicito a Vossa Senhoria verificar a possibilidade de instalação, no sistema, de programa que facilite o processo de avaliação de textos literários narrativos.
- D) Nos termos do plano geral de informatização a ser implementado pelo Ministério, solicito a Vossa Excelência que verifiqueis a possibilidade de instalação no sistema de programa que venha a facilitar o processo de avaliação de textos literários narrativos.
- E) Nos termos do plano geral de informatização a ser implementado pelo Ministério, solicito a Vossa Senhoria que verifiqueis a possibilidade de instalação no sistema de programa que facilite o processo de avaliação de textos literários narrativos.

**Noções de Administração Pública****Questão 11**

“Pressupõe-se certa racionalidade impessoal que, orientada por regras formais que padronizam e conferem igualdade no tratamento dos casos, estabelece com nitidez as relações de mando e subordinação, mediante a distribuição das atividades a serem executadas, tendo como referência os objetivos que busca atingir.” (MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de Gestão Pública Contemporânea*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012. p. 57.)

O trecho acima refere-se a uma das dinâmicas organizacionais da Administração Pública, reveladora da denominada administração:

- A) patrimonialista.
- B) em rede.
- C) gerencial.
- D) indireta.
- E) burocrática.

**Questão 12**

O processo de análise e seleção de documentos, que visa fixar prazos para sua guarda ou eliminação e contribuir para a racionalização e à preservação da documentação permanente, integra uma das fases da gestão de documentos. Tal fase denomina-se:

- A) avaliação.
- B) arquivamento.
- C) elaboração.
- D) descrição.
- E) manutenção.

**Questão 13**

Considerado o exercício da competência tributária e sua previsão na Constituição Federal vigente, o princípio da anterioridade tributária estabelece que:

- A) o orçamento deve ser aprovado antes do início do exercício financeiro ao qual se aplica.
- B) o orçamento deve ser elaborado para vigorar apenas pelo período de um ano.
- C) nenhum tributo será exigido sem prévia autorização orçamentária e lei anterior ao início do exercício financeiro.
- D) nenhum tributo será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária.
- E) nenhum tributo será exigido no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o institui.

**Questão 14**

O projeto de Lei Orçamentária da União – LOA deve ser encaminhado antes do encerramento do exercício financeiro, com antecedência mínima em relação ao encerramento de:

- A) quatro meses.
- B) um ano.
- C) dois meses.
- D) oito meses.
- E) seis meses.

**Questão 15**

No SIAFI, a entrada dos dados necessários à execução orçamentária, financeira e contábil NÃO pode ser efetuada através do seguinte documento:

- A) ordem bancária – OB.
- B) transferência eletrônica direta – TED.
- C) nota de dotação – ND.
- D) GRPS eletrônica – GP.
- E) nota de empenho – NE.

**Legislação Básica****Questão 16**

Um agente público incide em hipótese de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, adquirindo com o produto de tal ato um imóvel de elevado valor. Além das sanções previstas, de acordo com a Lei nº 8.429/1992, é cabível a seguinte medida acautelatória:

- A) suspensão dos direitos políticos.
- B) perda dos bens acrescidos ao patrimônio.
- C) sequestro de bens.
- D) proibição de contratar com o poder público.
- E) pagamento de multa civil.

**Questão 17**

Considera-se consumidor “*stricto sensu*” ou standard, segundo o estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor):

- A) toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- B) todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas comerciais ou contratuais abusivas.
- C) toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada que desenvolve atividade de distribuição de produto ou prestação de serviço.
- D) a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- E) todas as vítimas de danos ocasionados pelo fornecimento de produto ou serviço defeituoso.

**Questão 18**

A Lei nº 8.745/1993 admite a contratação temporária de excepcional interesse público, assim considerada a situação de emergência em saúde pública. Nesta hipótese, é dispensável processo seletivo, mas o contrato não poderá exceder, persistindo a situação de emergência, ao prazo de:

- A) um ano, prorrogável até o máximo de dois anos.
- B) dois anos, improrrogáveis.
- C) dezoito meses, prorrogáveis até o máximo de três anos.
- D) dois anos, prorrogáveis até o máximo de quatro anos.
- E) seis meses, prorrogáveis até o máximo de dois anos.

**Questão 19**

É dispensável para obtenção de autorização de funcionamento de operadoras de planos privados de assistência à saúde a satisfação do seguinte requisito:

- A) descrição pormenorizada dos serviços de saúde próprios oferecidos.
- B) descrição de suas instalações e equipamentos destinados à prestação de serviços.
- C) descrição dos planos empresariais de captação, inclusive propaganda e marketing.
- D) especificação da área geográfica coberta pelo plano privado de assistência à saúde.
- E) demonstração da capacidade de atendimento em razão dos serviços a serem prestados.

**Questão 20**

O Sistema Único de Saúde conta com a instância colegiada da Conferência da Saúde, que se reúne ordinariamente a cada:

- A) dois anos, para viabilizar mecanismos de associação e parceria entre entes públicos e privados.
- B) três anos, para fiscalizar a prestação de serviços por operadoras privadas de planos de assistência à saúde.
- C) um ano, para fiscalizar atuação dos poderes legislativo e executivo no âmbito da saúde.
- D) cinco anos, para redefinir os objetivos orçamentários e políticos.
- E) quatro anos, para propor diretrizes para formulação da política de saúde nos níveis correspondentes.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Civil****Questão 21**

Considera-se adquirido o direito se:

- A) resultou, simplesmente, de um fato aquisitivo.
- B) já produziu todos os seus efeitos.
- C) traduz-se em um poder concedido ao indivíduo por lei, do qual ele ainda não fez uso.
- D) na vigência da lei antiga, integrou-se no patrimônio do titular.
- E) traduz-se em uma situação jurídica que se constituiu segundo a lei antiga.

**Questão 22**

A interpretação de uma lei, quanto aos elementos, pode ser:

- A) sistemática, doutrinária e judicial.
- B) gramatical, histórica e lógica.
- C) autêntica, judicial e doutrinária.
- D) lógica, sistemática e gramatical.
- E) histórica, gramatical e teleológica.

**Questão 23**

A personalidade começa quando:

- A) em seguida ao parto, o bebê respira.
- B) se considera viável o recém-nascido.
- C) ocorre o parto.
- D) o feto adquire forma humana.
- E) o óvulo é fecundado pelo espermatozoide.

**Questão 24**

Entende-se ocorrer prescrição quando:

- A) o prazo não correr em prejuízo de incapazes.
- B) o direito se perder pelo não exercício no prazo legal pertinente.
- C) o direito em tela for de natureza pessoal.
- D) a pretensão não for deduzida no prazo legal pertinente.
- E) em qualquer hipótese, possa haver suspensão ou interrupção.

**Questão 25**

A responsabilidade civil de dono de colégio, por fato de lesão corporal de um aluno em outro, é de natureza:

- A) objetiva, por haver na espécie uma prestação de serviços.
- B) objetiva, com base no risco.
- C) subjetiva, por culpa contratual.
- D) subjetiva, por culpa grave.
- E) subjetiva, por culpa presumida.

**Questão 26**

No caso de cirurgia mal feita, por médico empregado de casa de saúde particular:

- A) responde a casa de saúde, subjetivamente, e o médico, objetivamente.
- B) respondem ambos, objetivamente.
- C) responde só a casa de saúde, objetivamente.
- D) respondem ambos, subjetivamente.
- E) responde a casa de saúde, objetivamente, e o médico, subjetivamente.

**Questão 27**

O consentimento do incapaz à doação deve ser considerado:

- A) ato nulo.
- B) ficção legal.
- C) presunção relativa.
- D) presunção absoluta.
- E) condicionado à vontade do representante legal.

**Questão 28**

Na chamada desapropriação judicial, em favor de possuidores sem propriedade ante o proprietário sem posse, exige-se que:

- A) a indenização corresponda ao valor de mercado do imóvel.
- B) o imóvel seja rural.
- C) os possuidores tenham realizado obras e serviços de relevo econômico e social.
- D) o preço, sendo procedente o pedido, seja pago de uma só vez.
- E) na demanda, só se discuta o domínio.

**Direito Administrativo****Questão 29**

Sobre o tema da convalidação do ato administrativo, assinale os elementos que admitem ou não a convalidação.

- A) A convalidação de um ato deve ser expressamente motivada, produzindo efeitos *ex nunc*.
- B) O ato praticado desviado de sua finalidade pode ser aproveitado.
- C) O vício de motivo é convalidável quando a matéria de fato ou de direito é materialmente inadequada ao resultado pretendido.
- D) Se a competência é não exclusiva e o ato for praticado por outra autoridade, em regra, é convalidável.
- E) A forma é convalidável, mesmo sendo essencial à validade do ato.

**Questão 30**

Marque a opção correta, a respeito do serviço público.

- A) Sobre as concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão, exclusivamente, nos termos da lei que trata das licitações e contratos administrativos.
- B) Sobre a concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência e tomada de preço, à pessoa física e jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
- C) Sobre a concessão de serviço público, a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física ou jurídica, ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- D) Sobre o poder concedente, são eles a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município ou o território, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública e licitação, objeto de concessão ou permissão.
- E) Sobre a permissão de serviço público, a sua delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

**Questão 31**

O poder de polícia é um assunto dos mais debatidos pela doutrina nacional. Conforme o artigo 78 do Código Tributário Nacional, considera-se poder de polícia atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Dessa forma, assinale a resposta correta.

- A) A punição de um servidor público depende de prévio procedimento administrativo, sendo garantido o contraditório, a ampla defesa e a duração razoável do processo. Tal punição decorre do poder de polícia do Estado, que tem o dever de fiscalizar os atos do servidor.
- B) Caso uma empresa privada seja contratada, mediante prévia e regular licitação, para a colocação de radares medidores de velocidade de veículos automotores no trânsito de uma cidade, tal fato não seria ilegal. Já que não há delegação do poder de polícia propriamente dito, sendo indelegável pelo Estado, somente, a edição da norma de polícia e de aplicação de sanções.
- C) A doutrina majoritária defende a possibilidade de delegação do poder de polícia, todavia doutrina mais moderna tem admitido a delegação destes poderes apenas às pessoas jurídicas de direito privado componentes da administração indireta.
- D) O prazo para a prescrição da aplicação de sanção ao particular decorrente do poder é de 5 anos, sendo este prazo corrido, não havendo causa de interrupção.
- E) O município é competente para fixar o horário de funcionamento de bancos localizados em sua municipalidade.

**Questão 32**

Os serviços públicos são prestados diretamente pela Administração Pública, ou mediante a contratação de particulares. Levando em consideração a matéria concessão e permissão de serviço público, assinale a alternativa correta.

- A) Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá determinar que a concessionária suporte o ônus por prazo indeterminado, visando ao interesse público, a continuidade do serviço, sob pena de punição, que poderá levar a rescisão contratual.
- B) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização exclusiva das agências reguladoras criadas com tal finalidade, sendo o poder concedente responsável somente pela delegação.
- C) A outorga é a transferência da execução do serviço público a entidade da Administração Pública indireta, realizada mediante lei específica, ou contrato. A doutrina denomina esta delegação de desconcentração por colaboração.
- D) A delegação é a transferência da titularidade do serviço público a entidade da Administração Pública indireta ou a determinada empresa privada, sempre precedida de licitação na modalidade tomada de preço.
- E) Poderá o poder concedente, na forma da legislação em vigor, prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

**Questão 33**

Em matéria de controle da Administração, assinale a opção correta.

- A) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, está impedido de controlar a constitucionalidade de um ato que lhe seja submetido à apreciação.
- B) Cabe aos Tribunais de Contas o julgamento das contas dos administradores públicos em geral e a decisão daí proveniente tem natureza administrativa, já que as suas decisões fazem coisa julgada, tal quais as decisões judiciais.
- C) Cabe a responsabilização do advogado público parecerista, mesmo quando a consulta for facultativa.
- D) No caso de multa aplicada pelo Tribunal de Contas Estadual, a ação de cobrança apenas pode ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação imposta pelo referido órgão de contas.
- E) O Estado-membro é parte legítima para promover execução judicial, objetivando cobrança de multa imposta pelo Tribunal de Contas do Estado à autoridade municipal.

**Questão 34**

Acerca da Administração indireta, assinale a opção correta.

- A) Em uma empresa estatal que explora atividade empresarial, todos são empregados, mesmo os dirigentes, com exceção dos conselhos de administração e fiscal.
- B) Destaca-se que a lei é específica de criação da autarquia ou de autorização também específica para as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- C) A necessidade de autorização legislativa não se aplica à hipótese de instituição de subsidiárias das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- D) Sujeitam-se unicamente às normas do direito privado, por não admitir normas de direito público.
- E) A atuação na atividade econômica é livre para o Estado, podendo surgir empresas públicas, independentemente de situações excepcionais de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.

**Questão 35**

No que concerne a atos administrativos, marque a alternativa correta.

- A) O ato, mesmo inválido, praticado em desconformidade com a lei, produz todos os efeitos, como válido fosse, porque a presunção de validade é absoluta.
- B) Se houver modificação nos elementos finalidade, motivo ou objeto, se dará a sanatória, pois não se estará mexendo no conteúdo.
- C) A cassação é a forma de extinção e ocorre quando a retirada funda-se no advento de nova legislação, impedindo a permanência da situação anteriormente concedida.
- D) A autorização constitui ato vinculado e precário, cabendo ao administrador valorar critérios de conveniência e oportunidade para seu deferimento.
- E) No caso de obrigação a valores pecuniários, é incabível a autoexecutoriedade administrativa e deve se dar pela via judicial.

**Questão 36**

Sabe-se que a função administrativa possui caráter secundário, atuando de forma subjacente à lei. Neste sentido, levando em conta o tema do controle da Administração Pública e dos poderes administrativos, analise as alternativas a seguir e marque a correta.

- A) O controle exercido pelo Poder Judiciário sobre os atos administrativos é restrito aos atos de natureza vinculada, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.
- B) A penalidade aplicada pela ANS a um contratado em razão de descumprimento de obrigações contratuais, constitui exercício legítimo do poder de polícia.
- C) Compete exclusivamente ao Senado Federal fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, salvo os da administração indireta.
- D) O Tribunal de Contas da União não possui competência para fiscalizar um hospital particular que recebe verbas públicas no âmbito do SUS. Sua competência limita-se à atuação do Ministério da Saúde, neste caso.
- E) Uma instrução normativa da ANS que exorbite do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa deverá ser sustada pelo Congresso Nacional, caracterizando controle legislativo político.

**Direito Constitucional****Questão 37**

A República Federativa do Brasil constitui como fundamento a(o):

- A) igualdade entre os estados.
- B) independência nacional.
- C) desenvolvimento nacional.
- D) pluralismo político.
- E) defesa da paz.

**Questão 38**

A Constituição da República Federativa do Brasil garante que Deputados e Senadores exerçam funções de Ministros de Estado, sem prejuízo de perda de mandato. Essa garantia decorre do princípio constitucional da:

- A) não intervenção.
- B) livre iniciativa.
- C) proporcionalidade.
- D) inafastabilidade do Poder Legislativo.
- E) separação de poderes.

**Questão 39**

Pela Constituição da República Federativa do Brasil, garante-se o fundamental e implícito direito:

- A) à liberdade de crença e de religião.
- B) ao sigilo bancário.
- C) à liberdade de locomoção.
- D) de propriedade.
- E) à vida.

**Questão 40**

São órgãos de apoio ao Presidente da República:

- A) Superior Tribunal de Justiça e Conselho da República.
- B) Conselho da República e Tribunal de Contas.
- C) Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Contas.
- D) Conselho de Defesa Nacional e Conselho da República.
- E) Conselho da República e Supremo Tribunal Federal.

**Questão 41**

Acerca de direitos e garantias fundamentais, assinale a opção INCORRETA.

- A) Os animais não são titulares de direitos fundamentais, sendo eles, na verdade, objetos de tutela constitucional.
- B) As pessoas jurídicas são titulares de direitos fundamentais, naquilo em que for compatível com a sua natureza. Ratifica essa assertiva a súmula 365 do Supremo Tribunal Federal que aduz que a pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.
- C) Podem ser titulares de direitos fundamentais, a pessoa jurídica naquilo que for compatível com a sua natureza, os estrangeiros residentes, os em trânsito no território nacional e os brasileiros sem restrição, incluindo o menor de idade e o portador de deficiência mental.
- D) A titularidade de direitos fundamentais pode ser restrita à determinada categoria. As pessoas jurídicas, por exemplo, podem ser titulares de direitos fundamentais, naquilo em que for compatível com a sua natureza.
- E) Caio, residente e domiciliado em Nova York, veio passar férias no Brasil e cometeu o crime de homicídio simples, ainda em território brasileiro. Neste caso, Caio não poderá impetrar nenhum tipo de remédio constitucional em seu favor, por ser pacífico o entendimento no STF que a interpretação dada ao artigo 5º, caput, da Constituição da República de 1988 é restritiva, ou seja, os direitos fundamentais são assegurados somente aos brasileiros e estrangeiros residentes no País.

**Questão 42**

Acerca da organização do Estado brasileiro, assinale a resposta correta.

- A) Compete ao Estado legislar sobre trânsito e transporte, sem prejuízo da competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- B) Os Municípios não dispõem de autonomia política, uma vez que não são dotados de capacidade de auto-organização e de autoadministração.
- C) O Município reger-se-á por lei complementar, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
- D) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios.
- E) É competência da União a concessão de anistia, ressalvados os crimes hediondos e os assim equiparados, a saber: o terrorismo, a tortura e tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins, que não a admitirão.

**Questão 43**

“Não se igualam os homens com a supressão das palavras 'conde' ou 'barão'. Educando os ignorantes e melhorando as condições econômicas das classes menos favorecidas é que se suprime boa parte das desigualdades mais injustas” (Paolo Mantegazza).

Essa citação caracteriza, em seu contexto histórico, qual geração de direitos fundamentais?

- A) Primeira
- B) Quinta
- C) Segunda
- D) Quarta
- E) Terceira

**Questão 44**

Os princípios constitucionais sensíveis NÃO incluem a:

- A) garantia do desenvolvimento nacional.
- B) forma republicana, sistema representativo e regime democrático.
- C) direitos da pessoa humana.
- D) autonomia municipal.
- E) prestação de contas da Administração Pública, direta e indireta.

**Regulamentações Setoriais****Questão 45**

As operadoras de planos privados de assistência à saúde devem comunicar as alterações nas coberturas obrigatórias, em linguagem clara e acessível, aos beneficiários ou contratantes de planos de saúde:

- A) nunca por escrito, ainda quanto às inclusões e exclusões de procedimentos e eventos em saúde.
- B) preferencialmente por escrito e notadamente quanto às inclusões e exclusões de procedimentos e eventos em saúde.
- C) preferencialmente por escrito, salvo quanto às inclusões e exclusões de procedimentos e eventos em saúde, em que a forma escrita será obrigatória.
- D) obrigatoriamente por escrito, salvo quanto às inclusões e exclusões de procedimentos e eventos em saúde, em que a forma escrita será facultativa.
- E) obrigatoriamente por escrito e notadamente quanto às inclusões e exclusões de procedimentos e eventos em saúde.

**Questão 46**

Identificado indício de fraude por parte do beneficiário, referente à omissão de conhecimento de doença ou lesão preexistente por ocasião da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a operadora, conforme descrito no inciso V do art. 18 da Resolução Normativa nº 162, de 2007:

- A) deverá comunicar no prazo de 72h a alegação de omissão de informação ao beneficiário através de Termo de Comunicação ao Beneficiário.
- B) deverá comunicar no prazo de 36h a alegação de omissão de informação ao beneficiário através de Termo de Comunicação ao Beneficiário.
- C) deverá comunicar no prazo de 24h a alegação de omissão de informação ao beneficiário através de Termo de Comunicação ao Beneficiário.
- D) deverá comunicar imediatamente a alegação de omissão de informação ao beneficiário através de Termo de Comunicação ao Beneficiário.
- E) deverá comunicar no prazo de 48h a alegação de omissão de informação ao beneficiário através de Termo de Comunicação ao Beneficiário.

**Questão 47**

Consoante a Res. Normativa nº 338, de 2013, o chamado Plano Ambulatorial deve respeitar, entre outras, a seguinte exigência:

- A) cobertura de medicamentos registrados ou não na ANVISA, utilizados nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos contemplados nos anexos e nos artigos da Resolução Normativa.
- B) cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, excluídos todos os procedimentos cirúrgicos ambulatoriais solicitados pelo médico ou cirurgião dentista assistente, quando realizados em ambiente hospitalar.
- C) cobertura de hemodiálise e diálise peritoneal.
- D) cobertura de órteses e próteses ligadas aos atos cirúrgicos listados nos anexos da Resolução.
- E) cobertura de atendimentos caracterizados apenas como de urgência conforme resolução específica vigente sobre o tema.

**Questão 48**

Sobre o protocolo eletrônico de impugnações e recursos de processos administrativos híbridos de ressarcimento ao SUS, é correto afirmar que:

- A) as petições referentes ao processo de ressarcimento ao SUS com conteúdo diverso de impugnação e recurso devem ser encaminhadas em papel.
- B) o Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS (PERSUS) é o sistema informatizado por meio do qual são apresentadas impugnações e interpostos recursos, não contemplando as notificações e as intimações referentes a decisões administrativas e cobranças nos processos administrativos híbridos de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde.
- C) para solicitar as operações de que tratam os incisos I a V do artigo 10 da Instrução Normativa nº 54, de 2014, o usuário com perfil “representante legal” ou “gestão de contas” deverá preencher, no Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS (PERSUS), o Formulário de Gestão de Conta, dispensando-se assinatura digital.
- D) o perfil de gestão de contas para usuários externos no Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS (PERSUS) é aquele com o domínio referente a uma OPS e dos domínios referentes às operadoras de planos privados de assistência à saúde por ela incorporadas ou de qualquer outra forma sucedidas que permite realizar as operações de que trata o artigo 10 da Instrução Normativa nº 54, de 2014, para administrar as contas de usuários, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 8º do mesmo diploma.
- E) as operadoras de planos privados de assistência à saúde não poderão utilizar os serviços do Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS (PERSUS) para consulta a petições protocoladas eletronicamente.

**Questão 49**

Sobre o parcelamento dos débitos do ressarcimento ao SUS a vencer, vencidos e não pagos, é correto afirmar que:

- A) é possível o parcelamento, ainda que a Resolução Normativa nº 358, de 2014, não trate do tema.
- B) as formas e condições deverão seguir as normas previstas na legislação em vigor, já que a Resolução Normativa nº 358, de 2014, não é exaustiva sobre o tema.
- C) não há a possibilidade de parcelamento pela legislação em vigor.
- D) a Resolução Normativa nº 358, de 2014, esgota a regulamentação do tema.
- E) não há a possibilidade de parcelamento, pois as normas existentes sobre o tema foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

**Questão 50**

Consoante a Resolução Normativa nº 162 de 2007, cobertura parcial temporária é aquela que admite, por um período:

- A) ininterrupto de até 24 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, quaisquer que sejam.
- B) ininterrupto de até 24 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, desde que relacionados exclusivamente às doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal.
- C) de até 24 meses, passível de interrupção, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, desde que relacionados exclusivamente às doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal.
- D) ininterrupto de até 24 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura apenas de procedimentos de alta complexidade, quaisquer que sejam.
- E) de até 24 meses, passível de interrupção, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, quaisquer que sejam.